

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semiannual)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 séries)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

(Tradução)

GOVERNMENT OF INDIA

GOVERNO DA INDIA

Ministry of Petroleum, Chemicals, Mines and Metals

Ministério de Petróleo, Produtos Químicos, Minas e Metais

(Department of Mines and Metals)

(Departamento de Minas e Metais)

Office of the Controller of Mining Leases

Repartição do Controlador dos Arrendamentos de Minas

Order

Portaria

OML-(Z-162,285,398,710)/70-G

OML-(Z-162,285,398,710)/70-G

Under the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and the Rules made thereunder.

Ao abrigo dos "Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957" e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

This is a case for modification of the terms and conditions of the undermentioned mining leases of Oxide of Iron and Manganese held by Shri Narhari Shivram Shet Narvekar, so as to bring these leases into conformity with the provisions of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 1957 Act,) and the Rules made thereunder.

Este é um caso para modificação das condições do contrato do arrendamento das minas de óxido de ferro e manganês em posse do Sr. Narhari Shivram Shet Narvekar, para que os mesmos arrendamentos estejam de conformidade com as disposições do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» (daqui em diante chamado o Act de 1957) e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Case no. Caso n.º	Number and date of title Número e data do título	Mineral Mineral	Name of the mine Nome da mina	Area in hectares Área em hectares
Z-162	12 of 8-2-1952 T.T. 9-4-1955	Oxide of Iron and Manganese	Mainantil Murdi	77.5575
Z-285	32 of 24-4-1953	Oxide of Iron and Manganese	Paliitembo and Baqueriz	68.0000
Z-398	144 of 18-12-1953	Oxide of Iron and Manganese	Vacanlital Temculi	85.3540
Z-710	30 of 29-6-1959	Oxide of Iron and Manganese	Era Vanganavoril Mordi	80.5200

Notices were served on the lessee, in accordance with the aforesaid Rules, in which the proposed modifications were conveyed to him.

Foi avisado o arrendatário de acordo com as normas acima mencionadas em que se mencionavam as modificações propostas.

After carefully reviewing and examining all the documents produced by the lessee and the arguments advanced by him, it is hereby ordered that the leases in question stand modified as follows:

Após examinar cuidadosamente os documentos e razões apresentadas pelo arrendatário, determina-se que os referidos arrendamentos em questão, deverão ser modificados como a seguir se indica: —

1. The period of the leases shall be twenty years commencing from the 15th January, 1966, in all the cases.

1. O período do arrendamento deverá ser de vinte anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.

2. The dead rent shall be payable as specified in the Schedule below:

Period of the mining lease	Rate of the dead rent per hectare
1. 1st year	Nil
2. 2nd year to 5th year	Rs. 12-50
3. 6th year to 10th year	Rs. 25-00
4. 11th year onwards	Rs. 37-50

(a) Those leases which are in operation for less than one year as on 1-4-68 enjoy the benefit of «nil» dead rent for the balance period to make up one year in all and thereafter are charged at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years, after which they shall be liable to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next five years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter, and

(b) Those leases which are in operation for more than one year as on 1-4-68 should have the benefit of dead rent at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years after which they may be called upon to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next five years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter.

3. The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the lessee from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the Second Schedule of the 1957 Act, in respect of that mineral.

4. It is further clarified that the royalty shall be paid in accordance with Section 9 of the 1957 Act, instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-66 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

5. The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.

6. The total area, covered by all the above mentioned leases, is within the limit specified in the 1957 Act and hence requires no modifications.

7. The following clause shall be deemed to be inserted in the aforesaid lease deed and shall form part thereof:

“except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Section 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time”.

This order shall be published in the Official Gazette of the Government of Goa, Daman and Diu and copies thereof sent to the lessee and to the State Government. Copy each of this Order shall be placed in all the respective case-files.

The reasons for this Order have been embodied in the case-files and a copy each shall be forwarded to the lessee and the State Government.

G. V. D. Upadhyaya, Controller of Mining Leases.

Dated, 13th May, 1970.

Order

OML-(Z-120,711,724)/70-G

Under the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and the Rules made thereunder.

This is a case for modification of the terms and conditions of the undermentioned mining leases of Oxide of Iron held by Shri Narhari Shivram Shet Narvekar, so as to bring these

2. A renda deverá ser paga conforme se indica no quadro a seguir: —

Período do arrendamento da mina	Renda por hectare
1. 1.º ano	Nil
2. 2.º ano até 5.º ano	Rps. 12-50
3. 6.º ano até 10.º ano	Rps. 25-00
4. 11.º ano para diante	Rps. 37-50

(a) Os arrendamentos em execução que tenham menos de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de ficarem isentos da renda durante o restante período de um ano e após este, ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 25-00 por hectare, durante os próximos cinco anos, e à razão de Rps. 37-50 após este e

(b) Os arrendamentos em execução que tenham mais de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de pagar renda à razão de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual pagarão renda a razão de Rps. 25-00 por hectare, pelos próximos cinco anos e à razão de Rps. 37-50 por hectare após este.

3. Os direitos do privilégio serão pagos em relação a qualquer minério extraído da área arrendada pelo arrendatário, após 15 de Janeiro de 1966, segundo a percentagem presentemente indicado no quadro segundo do Act de 1957, em relação a este minério.

4. Esclarece-se mais que os direitos do privilégio serão pagos de acordo com o artigo 9.º do Act de 1957, em vez de o ser de acordo com o estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos do privilégio, renda, renda pela superfície utilizada, etc., relativa ao período anterior a 15 de Janeiro de 1966, deverão ser pagos conforme for determinado pelo Governo.

5. O arrendatário também pagará pela superfície utilizada pelo mesmo, para os efeitos da exploração do minério a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedente à contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

6. A área total ocupada por todos os arrendamentos acima mencionados, fica abrangida dentro do limite indicado no Act de 1957 e por isso não carece de modificação.

7. A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo:

«Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente».

A presente portaria deverá ser publicada no *Boletim Oficial*, do Governo de Goa, Damão e Diu e cópias da mesma, deverão ser enviadas ao arrendatário e ao Governo Estadual. Uma cópia desta portaria, deverá ser junta em todos os respectivos processos.

As razões para esta portaria acham-se indicadas nos respectivos processos e uma cópia da mesma deverá ser enviada ao arrendatário e ao Governo Estadual.

G. V. D. Upadhyaya, Controlador dos Arrendamentos de Minas.

Datada de 13 de Maio de 1970.

Portaria

OML-(Z-120,711,724)/70-G

Ao abrigo dos «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Este é um caso para modificação das condições do arrendamento das minas de óxido de ferro, em posse do Sr. Narhari Shivram Shet Narvekar, para que os mesmos arrendamentos estejam de conformidade com as disposições

leases into conformity with the provisions of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 1957 Act,) and the Rules made thereunder.

do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» (daqui em diante chamado o Act de 1957) e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Case No.	Number and date of title	Mineral	Name of the mine	Area in hectares
Caso n.º	Número e data do título	Mineral	Nome da mina	Área em hectares
Z-120	40 of 27-4-1951 T.T. 28-11-1956	Oxide of Iron	Pandava Xetavoilo Soddo and Vozro Sodo	99.2000
Z-711	31 of 29-6-1959	Oxide of Iron	Ambeadoc e outros ter. adj.	90.9500
Z-724	44 of 31-8-1959	Oxide of Iron	Mata Nacional, Talsai etc.	73.4870

Notices were served on the lessee, in accordance with the aforesaid Rules, in which the proposed modifications were conveyed to him.

After carefully reviewing and examining all the documents produced by the lessee and the arguments advanced by him, it is hereby ordered that the leases in question, stand modified as follows: —

1. The period of the leases shall be thirty years commencing from the 15th January, 1966, in all the cases.

2. The dead rent shall be payable as specified in the Schedule below: —

Period of the mining lease	Rate of dead rent per hectare
1. 1st year	Nil
2. 2nd year to 5th year	Rs. 12-50
3. 6th year to 10th year	Rs. 25-00
4. 11th year onwards.	Rs. 37-50

(a) Those leases which are in operation for less than one year as on 1-4-68 enjoy the benefit of «nil» dead rent for the balance period to make up one year in all and thereafter are charged at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years, after which they shall be liable to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next five years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter, and

(b) Those leases which are in operation for more than one year as on 1-4-68 should have the benefit of dead rent at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years after which they may be called upon to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next 5 years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter.

3. The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the lessee from the lease area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the Second Schedule of the 1957 Act, in respect of that mineral.

4. It is further clarified that the royalty shall be paid in accordance with Section 9 of the 1957 Act, instead of according to the stipulations in the lease deeds. The royalty, the dead rent, surface rent, etc. for the period prior to 15-1-66 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

5. The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.

6. The total area, covered by all the above mentioned leases, is within the limit specified in the 1957 Act and hence requires no modification.

7. The following clause shall be deemed to be inserted in the aforesaid lease deeds and shall form part thereof:

“except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Section 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time”.

Foram expedidos avisos ao arrendatário de acordo com as normas acima mencionadas em que se mencionavam as modificações propostas.

Após examinar cuidadosamente os documentos e razões apresentadas pelo arrendatário, determina-se que os referidos arrendamentos em questão, sejam modificados como a seguir se indica: —

1. O período do arrendamento deverá ser de 30 anos a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.

2. A renda deverá ser paga conforme se indica no quadro a seguir: —

Período do arrendamento da mina	Renda por hectare
1. 1.º ano	Nil
2. 2.º ano até 5.º ano	Rps. 12-50
3. 6.º ano até 10.º ano	Rps. 25-00
4. 11.º ano para diante	Rps. 37-50

(a) Os arrendamentos em execução que tenham menos de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de ficarem isentos da renda durante o restante período até completar um ano e após este, ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 25-00 por hectare durante os próximos cinco anos, e a razão, de Rps. 37-50 após este, e

(b) Os arrendamentos em execução que tenham mais de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de pagar renda à razão de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual pagarão renda à razão de Rps. 25-00 por hectare, pelos próximos cinco anos, e à razão de Rps. 37-50 por hectare após este.

3. Os direitos de privilégio serão pagos em relação a qualquer minério extraído da área arrendada pelo arrendatário, após 15 de Janeiro de 1966, segundo a percentagem presentemente indicada no quadro segundo do Act de 1957, em relação a este minério.

4. Esclarece-se mais que os direitos de privilégio serão pagos de acordo com o artigo 9.º do Act de 1957, em vez de o ser de acordo com o estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda, renda pela superfície utilizada, etc., relativa ao período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme for determinado pelo Governo.

5. O arrendatário também pagará pela superfície utilizada pelo mesmo, para os efeitos da exploração do minério, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedente à contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

6. A área total ocupada por todos os arrendamentos acima mencionados, fica abrangida dentro do limite indicado no Act de 1957 e por isso não carece de modificação.

7. A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo:

“Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente.

This order shall be published in the Official Gazettee of the Government of Goa, Daman and Diu and copies thereof sent to the lessee and to the State Government. Copy of this Order shall be placed in all the respective case-files.

The reasons for this Order have been embodied in the case-files and a copy each shall be forwarded to the lessee and the State Government.

G. V. D. Upadhyaya, Controller of Mining Leases.

Dated 13th May, 1970.

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

General Administration Department

Office of the District Magistrate of Goa

Notification

MAG/MISC/70-133/1035-A

In exercise of the powers conferred by Section 13 of the Criminal Procedure Code, 1898, as extended to the Union Territory of Goa, Daman and Diu read with Government (Law Department) Order no. LD/252/65 dated 18-6-1965, I, P. S. Bhatnagar, District Magistrate of Goa, Panaji, hereby appoint Shri. A. Venkataratnam a Magistrate of second class as Sub-Divisional Magistrate of South Goa Sub-Division, in addition to his own duties for the period from 18-5-1970 to 14-6-1970.

P. S. Bhatnagar, District Magistrate.

Panaji, 18th May, 1970.

Collectorate of Goa

Order

LS/REV/176/70/2722

Whereas the Government lands known as «Bocodmolea-codil», «Bandantil-Moli» and «Datint» situated at Maus of Satari Taluka, shown in the plan Nos. 17464, 17462 and 17463, were assigned to Shri Madú Zadgô Gauncar, under Alvara no. 1870 dated 30-6-1961.

Whereas the assignee, Shri Madú Zadgô Gauncar, showed his willingness to relinquish the above lands, since his financial sources do not permit him to reclaim the said lands.

Now, therefore, I, P. S. Bhatnagar, Collector of Goa, in exercise of the powers vested in me by virtue of the Government Notification No. DF-1161-AGR-65 dated 9-6-1966, order that the lands mentioned above be reverted to the Government in accordance with the provisions of clause (g) of Section 36 of Decree No. 3602, dated 24-11-1917.

P. S. Bhatnagar, Collector of Goa.

Panaji, 20th May, 1970.

Order

LS/REV/440/69/2734

Whereas the Government land known as «Curleanchi-vada-Flot No. 10», situated at Varconda of Pernem Taluka, shown in the plan No. 14391, was assigned to Shri Balcrisna Visnum Xete Teli, under Title No. 1328, dated 15-3-1944.

A presente portaria deverá ser publicada no *Boletim Oficial*, do Governo de Goa, Damão e Dio e cópias da mesma, deverão ser enviadas ao arrendatário e ao Governo Estadual. Uma cópia desta portaria, deverá ser junta em todos os respectivos processos.

As razões para esta portaria acham-se indicadas nos respectivos processos e uma cópia da mesma deverá ser enviada ao arrendatário e ao Governo Estadual.

G. V. D. Upadhyaya, Controlador dos Arrendamentos de Minas.

Datada de 13 de Maio de 1970.

GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIO

Departamento de Administração Geral

Repartição do Magistrado Distrital de Goa

Despacho

MAG/MISC/70-133/1035-A

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 13.º, do «Criminal Procedure Code, 1898», conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Dio, conjugada com a portaria n.º LD/252/65, de 18 de Junho de 1965, (Departamento de Justiça), eu, P. S. Bhatnagar, Magistrado distrital de Goa, Panaji, nomeio o Sr. A. Venkataratnam, Magistrado de 2.ª classe, como Magistrado sub-divisional da sub-divisão do sul de Goa, cumulativamente com as funções do seu cargo, por um período de 18 de Maio de 1970, para 14 de Junho de 1970.

P. S. Bhatnagar, Magistrado distrital.

Panaji, 18 de Maio de 1970.

Repartição do Collector de Goa

Portaria

LS/REV/176/70/2722

Atendendo a que os terrenos do Estado denominados «Bocodmolea-codil», «Bandantil-Moli» e «Datint», situados em Maus do concelho de Satari, indicados na planta n.º 17464, 17462 e 17463, que haviam sido concedidos ao Sr. Madú Zadgô Gauncar, por Alvará n.º 1870, de 30 de Junho de 1961.

Considerando que o concessionário, Sr. Madú Zadgô Gauncar, manifestou a sua vontade de querer desistir dos acima mencionados terrenos, por os meios financeiros não lhe permitir a reclamar os ditos terrenos.

Por isso, eu, P. S. Bhatnagar, Collector de Goa, no uso das faculdades que me são conferidas por virtude do despacho n.º DF-1161-AGR-65, de 9 de Junho de 1966, determino que os terrenos acima mencionados sejam revertidos ao Estado, de harmonia com o disposto na alínea (g) do artigo 36.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

P. S. Bhatnagar, Collector de Goa.

Panaji, 20 de Maio 1970.

Portaria

LS/REV/440/69/2734

Atendendo a que o terreno do Estado denominado «Curleanchi-vada-lote n.º 10», sito em Varconda, do concelho de Pernem, indicado na planta n.º 14391, que havia sido concedido ao sr. Balcrisna Visnum Xete Teli, por título n.º 1328, de 15 de Março de 1944.

Whereas during the inspection to the said land it has been verified that the same is lying entirely waste in contravention to the provisions of Section 76 of Decree No. 3602, dated 24-11-1917.

Whereas show cause notice was served on Shri Balcrisna Visnum Xete Teli, the assignee of the said land, in accordance with para 2 of Section 307 of the above cited Decree.

And whereas no reply to the show cause notice has been received from said Shri Teli.

Now, therefore, I, P. S. Bhatnagar, Collector of Goa, in exercise of the powers vested in me by virtue of the Government Notification No. DF-1161-AGR-65, dated 9-6-1966, order that the entire land, as mentioned above, be reverted to the Government in accordance with Section 307 of Decree No. 3602, dated 24-11-1917.

P. S. Bhatnagar, Collector of Goa.

Panaji, 22nd May, 1970.

Tendo em consideração que durante a inspecção ao referido terreno, verificou-se que o mesmo se achava totalmente inculto, em infracção do disposto no artigo 76.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

Atendendo a que o sr. Balcrisna Visnum Xete Teli, concessionário do mesmo terreno, foi avisado para apresentar razões justificativas, de acordo com o § 2.º do artigo 307.º do citado decreto.

Considerando que não foi recebida nenhuma resposta do dito sr. Teli, ao aviso acima referido.

No uso das faculdades conferidas pelo despacho n.º DF-1161-AGR-65, de 9 de Junho de 1966, eu, P. S. Bhatnagar, Collector de Goa, determino que todo o terreno acima referido, seja revertido ao Estado, de acordo com o artigo 307.º do Decreto n.º 3602, datado de 24 de Novembro de 1917.

P. S. Bhatnagar, Collector de Goa.

Panagi, 22 de Maio de 1970.

Special Department

Order

SPL-EST-63-I

Under the proviso Rule 5 of the Rules of Business of the Government of Goa, Daman and Diu (Allocation) Rules, 1963, the Administrator hereby allocates to the following Secretaries, in addition to their own duties and until further orders, the work of the Departments indicated against them:—

I. Secretary (Industries & Labour)

- i) Municipal Administration.
- ii) Town Planning.

II. Secretary (Revenue)

- iii) Fisheries.
- iv) Forests
- v) Public Assistance Department.
- vi) Provedoria.
- vii) Social Welfare.

These orders issue in supersession of this Deptt.'s order of even no. dated 28-8-1969 published in Government Gazette Series II no. 23 dated 4-9-1969.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

D. V. Sawant, Under Secretary (Appointments).

Panaji, 16th May, 1970.

Order

SPL/CEP/64

Read: Order no. SPL/GDDCS/39/68 dated 24-4-70 published in Government Gazette Series II no. 5 dated 30-4-1970.

The Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu is pleased to appoint Shri Jagdish Sagar as Custodian of Evacuee Property in addition to his own duties as Officiating Director of Industries and Mines with immediate effect and until further orders, and to invest in him all powers under the Goa, Daman and Diu Administration of Evacuee Property Act, 1964.

This issues in supersession of para 2 of this Deppt.'s order no. SD-CEP-64 dated 8-4-70 published in Government Gazette Series II no. 3 dated 16-4-70.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

D. V. Sawant, Under Secretary (Appointments).

Panaji, 16th May, 1970.

Departamento Especial

Portaria

SPL-EST-63-I

De harmonia com a norma 5.ª do «Rules of Business of the Government of Goa, Daman and Diu (Allocation) Rules, 1963», o Administrador distribui aos seguintes Secretários, o serviço dos Departamentos indicados em relação aos mesmos, até ordens ulteriores, além das funções dos seus cargos próprios:

I. Secretário (Indústrias e Trabalho)

- i) Administração Municipal.
- ii) Planificação Urbana.

II. Secretário (Rendimentos)

- iii) Pesca.
- iv) Matas.
- v) Departamento da Assistência Pública.
- vi) Provedoria.
- viii) Bem-Estar Social.

A presente portaria substitui a portaria deste Departamento datada de 28 de Agosto de 1969, publicada no *Boletim Oficial* n.º 23, 2.ª série, de 4 de Setembro de 1969.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

D. V. Sawant, Subsecretário (Nomeações).

Panagi, 16 de Maio de 1970.

Portaria

SPL/CEP/64

Ref: Portaria n.º SPL/GDDCS/39/68, de 24 de Abril de 1970, publicada no *Boletim Oficial* n.º 5, 2.ª série, de 30 de Abril de 1970.

O Administrador do Território da União de Goa, Damão e Diu, nomeia o Sr. Jagdish Sagar, como Gestor da Propriedade dos Evacuados, cumulativamente com as funções do seu cargo de Director interino de Indústrias e Minas, com efeito imediato e até ordens ulteriores, e delega ao mesmo, todos os poderes ao abrigo do «Goa, Daman and Diu Administration of Evacuee Property Act, 1964».

A presente portaria é expedida em substituição do § 2.º da portaria deste Departamento n.º SD-CEP-64, de 8 de Abril de 1970, publicada no *Boletim Oficial* n.º 3, 2.ª série, de 16 de Abril de 1970.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

D. V. Sawant, Subsecretário (Nomeações).

Panagi, 16 de Maio de 1970.

Confidential and Vigilance Department

Order

12-4-68-CVD

In the list of Vigilance Officers published in the Government Gazette Series II, No. 52, dated 28-3-1968, the following should be added after Sr. No. 50 of the aforesaid list:

Sr. No.	Name of the Department/Office	Name of the Vigilance Officer	Designation
1	2	3	4
51	Office of the Plan Evaluation Organisation	Shri S. K. Gandhe	Evaluation Officer

V. H. Sakhalakar, Deputy Secretary (Appointments).
Panaji, 21st May, 1970.

Home Department 'A'

Notification

HD-44-149/70-A

Whereas by Government Notification No. HD-44-16270/68-A, dated 12-12-68 published at page 330 of Series II, No. 39, of the Government Gazette dated 26-12-68, it was notified under section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the land, specified in the schedule appended to the said Notification (hereinafter referred to as the «said land») was likely to be needed for a public purpose viz for Police Officer's Quarters at Vasco-da-Gama.

And whereas the Lieutenant Governor, Goa, Daman and Diu is satisfied that the said land specified in the schedule hereto is needed to be acquired for the public purpose specified above.

Now, therefore, the Lieutenant Governor, Goa, Daman and Diu is pleased to declare under the provisions of section 6 of the said Act that the said land is required for the public purpose specified above.

2. A plan of the said land can be inspected at the office of the said Deputy Collector, South Sub-Division, Margao.

SCHEDULE — QUADRO

Description of the said land — Descrição do aludido terreno

Taluka	Village	Plot No.	Name of the person believed to be interested	Approximate area in sq. mts.
Concelho	Aldeia	Terreno n.º	Nome da pessoa que se presume ser interessada	Área aproximada em m²
1	2	3	4	5
Marmagao	Chicalim	1	A plot of land believed to be held by Chicalim Comunidade situated to the South of the Cortalim-Vasco road, near the junction of the same with the Airport Road, bounded on the North by Cortalim-Vasco Road on the East by land held by Andre Rodrigues and on the West and South by the land held by Chicalim Comunidade.	1989:00

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.
S. B. Deshpande, Under Secretary (Home).
Panaji, 19th May, 1970.

Finance (Revenue) Department

Notification

Fin(Rev)2-41/part/2/1036/70

In exercise of the powers conferred by sub-section (3) of section 5 of the Goa, Daman and Diu Entertainment Tax

Departamento de Assuntos Confidenciais e de Vigilância

Portaria

12-4-68-CVD

Na lista de Oficiais de Vigilância, publicada no Boletim Oficial n.º 52, 2.ª série, de 28 de Março de 1968, depois do n.º da série 50, da dita lista, deverá ser acrescentado o seguinte:

N.º de série	Nome do Departamento/ Repartição/	Nome do oficial de Vigilância	Designação
1	2	3	4
51	Office of the Plan Evaluation Organisation	Shri S. K. Gandhe	Evaluation Officer

V. H. Sakhalakar, Secretário adjunto (Nomeações).
Panagi, 21 de Maio de 1970.

Departamento do Interior 'A'

Despacho

HD-44-149/70-A

Atendendo a que por despacho n.º HD-44-16270/68-A, de 12 de Dezembro de 1968, publicado à pgs. 330 do Boletim Oficial n.º 39, 2.ª série, de 26 de Dezembro de 1968, fora tornado público, ao abrigo do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o terreno descrito no quadro anexo ao dito despacho (referido daqui em diante como «aludido terreno») era necessário para os fins de residências para os oficiais de polícia, em Vasco da Gama.

Tendo em consideração que o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, acha que o terreno descrito no quadro anexo tem de ser adquirido para os fins públicos acima referidos.

O Governador-tenente de Goa, Damão e Diu declara ao abrigo do artigo 6.º do dito Act, que o aludido terreno tem de ser adquirido para os fins públicos acima referidos.

2. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do Collector adjunto, da sub-divisão do sul, de Margão.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.
S. B. Deshpande, Subsecretário (Interior).
Panagi, 19 de Maio de 1970.

Departamento das Finanças (Receita)

Despacho

Fin(Rev)2-41/part/2/1036/70

No uso das faculdades conferidas pela alínea (3) do artigo 5.º do «Goa, Daman and Diu Entertainment Tax Act,

Act, 1964 Government is pleased to exempt from levy of entertainment tax the tickets issued for the «Hockey Games» to be organised by Kristu Sevak Eangh Gymkhana, Caranzalem on the date, time and places indicated below:

Place	Date	Time
Police Ground	11-5-1970	All matches will be played at 5-15 p.m.
Vasco Ground	12-5-1970	
Margao Ground	15-5-1970	
Police Ground	16-5-1970	

The exemption is subject to the condition that the entire proceeds are credited to the funds of the said Institution and are utilized for welfare activities only.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. G. Sathe, Under Secretary (Finance).

Panaji, 16th May, 1970.

Notification

Fin(Rev)/2-41/Part/1047/70

In exercise of the powers conferred by sub-section (3) of Section 5 of the Goa, Daman and Diu Entertainment Tax Act, 1964 Government is hereby pleased to exempt from the payment of entertainment tax the screening of english film «Hell with the heroes» on 25-5-1970 at 6.30 p.m. at Cine National, Panaji by the Principal Engineer, Chairman of P. W. D. Sports Club.

The exemption is subject to the condition that the entire proceeds of the tickets are credited to the fund of the club and utilized for its activities.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. G. Sathe, Under Secretary (Finance).

Panaji, 22nd May, 1970.

Notification

Fin(Rev)/2-41/Part/1/1099/70

In exercise of the powers conferred by Sub-section (3) of Section 5 of the Goa, Daman and Diu Entertainment Tax Act, 1964 Government is hereby pleased to exempt from the payment of Entertainment Tax the screening of the film «Jeene ki Raah» on 23-5-70 at 9.30 p. m. at Cine Prashant, Curchorém, by Fr. Aureliano Rodrigues, s. f. x., Parish Priest.

The exemption is subject to the condition that the entire proceeds of the tickets are credited to the funds of the Patronage of Servant of Goa Fr. Agnelo for utilisation of social activities among the orphans, the poor, the needy persons etc.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. G. Sathe, Under Secretary (Finance).

Panaji, 22nd May, 1970.

Finance (Control) Department

Corrigendum

Fin(Control)/19-4/67/Part II/1287

In partial modification of Government order No. Fin (Control)/19-4/67/Part II/1235, dated 12th May, 1970, extending the period of deputation of Accounts Officers/Audit Officers

1964», o Governo isenta do pagamento da taxa do imposto sobre diversões, os bilhetes emitidos para jogos de hockey, organizados pela «Kristu Sevak Sangh Gymkhana, de Caranzalem, na data, hora e local abaixo indicados:

Local	Data	Hora
Campo de Polícia	11-5-1970	Todos jogos terão início às 17,15 horas.
Campo de Vasco	12-5-1970	
Campo de Margão	15-5-1970	
Campo de Polícia	16-5-1970	

A isenção fica sujeita à condição de que toda a receita líquida apurada, seja creditada para o fundo da dita Instituição e será utilizada para o desenvolvimento das actividades.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. G. Sathe, Subsecretário (Finanças).

Panaji, 16 de Maio de 1970.

Despacho

Fin(Rev)/2-41/Part/1047/70

No uso das faculdades conferidas pela alínea (3) do artigo 5.º do «Goa, Daman and Diu Entertainment Tax Act, 1964», o Governo isenta do pagamento da taxa do imposto sobre diversões do filme inglês «Hell with the heroes», a ser exibido no Cine Teatro Nacional, de Panaji, às 18.30 horas, de 25 de Maio de 1970, pelo Engenheiro-Chefe, Presidente do Clube Desportivo da Direcção dos Serviços das Obras Públicas.

A isenção fica sujeita à condição de que toda a receita líquida apurada, seja creditada para o fundo do clube e utilizada para as suas actividades.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. G. Sathe, Subsecretário (Finanças).

Panaji, 22de Maio de 1970.

Despacho

Fin(Rev)/2-41/Part/1/1099/70

No uso das faculdades conferidas pela alínea (3) do artigo 5.º de «Goa, Daman and Diu Entertainment Tax Act, 1964» o Governo isenta do pagamento da taxa do imposto sobre diversões do filme «Jeene ki Raah» a ser exibido no Cine Metro Prashant, em Curchorém, em 23 de Maio de 1970, às 21.30 horas, pelo Fr. Aureliano Rodrigues, S. F. X., vigário paroquial.

A isenção fica sujeita à condição de que toda a receita líquida apurada, seja creditada para o fundo do «Patronage of Servant of Goa Fr. Agnelo», para ser utilizada para as actividades sociais, entre os órfãos, pobres e pessoas necessitadas, etc.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. G. Sathe, Subsecretário (Finanças).

Panaji, 22 de Maio de 1970.

Departamento das Finanças (Contrôle)

Corrigenda

Fin(Control)/19-4/67/Part II/1287

Alterando, em parte, a portaria n.º Fin(Control)/19-4/67/Part II/1235, de 12 de Maio de 1970, prorrogando o período de deputação dos «Accounts Officers/Audit Officers», onde se

the entry «31-5-1971» appearing below column No. 5, against Serial No. 1 Shri P. S. Wagle, Deputy Director of Accounts shall be substituted by «26-1-1971».

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. G. Sathe, Under Secretary (Finance).

Panaji, 20th May, 1970.

Revenue Department

Notification

RD/TNC/BND/280/67-70/xxxiii

In pursuance of the proviso to sub-section (3) of section 26 of the Goa, Daman and Diu Agricultural Tenancy Act, 1964, the Government hereby specify the following bund described in the schedule appended hereto as protective bund for the purpose of the said proviso.

SCHEDULE

Name of the bund	Village	Taluka	Description
1. a) Gode b) Reprosa c) Vainad Nago-dem Sancolem Khasan d) Chorla Gailya-cho Odco e) Khasan.	Carmona Salcete		The bund starting with the paddy field «Gode», belonging to Damasceno Miranda, running marginal to the river Sal, and ending with the paddy field «Khasan» belonging to Shri Antonio Adreao Furtado and situated at Carmona.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. Sardesai, Under Secretary (Revenue).

Panaji, 20th April, 1970.

Directorate of Civil Administration

Order

Shri Narendra Caxinata Camotim is appointed as substitute attorney of the managing committee of the Comunidade of Marcalm.

P. S. Bhatnagar, Collector of Goa.

Panaji, 15th May, 1970.

Law and Judicial Department

Notification

LD/418/68

In partial modification of this department's Notification no. LD/4/8/68, dated 4-4-1970, Shri A. Venkataratnam, Additional Deputy Collector, Margao is hereby appointed as an Executive Magistrate of the second Class in the South Goa Sub-Division until further orders.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

M. S. Borkar, Under Secretary.

Panaji, 20th May, 1970.

lê «31-5-1971» na 5.ª coluna, em relação ao n.º da série 1 Sr. P. S. Wagle, Director adjunto de Contabilidade, deve ler-se «26-1-1971».

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. G. Sathe, Subsecretário (Finanças).

Panagi, 20 de Maio de 1970.

Departamento de Rendimentos

Despacho

RD/TNC/BND/280/67-70/xxxiii

De harmonia com a alínea (3) do artigo 26.º do «Goa, Daman and Diu Agricultural Tenancy Act, 1964», o Governo determina que o valado mencionado no quadro anexo, seja considerado como valado protector para os fins da citada alínea.

QUADRO

Nome do valado	Aldeia	Concelho	Descrição
1. a) Gode b) Reprosa c) Vainad Nago-dem Sancolem Khasan d) Chorla Gailya-cho Odco e) Khasan.	Carmonã Salsete		Valado que começando na várzea «Gode», pertencente a Damasceno Miranda, corre ao longo da margem do rio Sal, e termina na várzea «Khasan» pertencente ao Sr. António Adreão Furtado e situado em Carmonã.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. Sardesai, Subsecretário (Rendimentos).

Panagi, 20 de Abril de 1970.

Direcção dos Serviços de Administração Civil

Portaria

O Sr. Narendra Caxinata Camotim, é nomeado, procurador substituto da comissão administrativa da comunidade de Marcalm.

P. S. Bhatnagar, Collector de Goa.

Panagi, 15 de Maio de 1970.

Departamento de Justiça

Despacho

LD/418/68

Alterando, em parte, o despacho deste Departamento n.º LD/4/8/68, de 4 de Abril de 1970, o Sr. A. Venkataratnam, Collector adjunto adicional, de Margão, é nomeado, como Magistrado Executivo de 2.ª classe, da sub-divisão do sul de Goa, até ordens ulteriores.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

M. S. Borkar, Subsecretário.

Panagi, 20 de Maio de 1970.

Food and Civil Supplies Department

Notification

13-8-68(FCS/EDN)

1. Shri Narayan Gopal Sadhale, a candidate recommended by the Commission is hereby appointed as a Lecturer in General Science in the Government Polytechnic Panaji in the scale of Rs. 400-400-450-30-600-35-670-EB-35-950 with effect from 25th April, 1970 until further orders.

2. His initial pay shall be fixed at the minimum of the scale as per recommendation of the Union Public Service Commission, vide their confidential letter No. F.1/572/62-RC dated 19th December, 1969.

3. The appointment is temporary and subject to the conditions specified in this Office Memorandum of even number dated 1st January, 1970 and the rules and regulations laid down from time to time.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 13th May, 1970.

Industries and Power Department

Notification

4/80/68/Elect

Whereas by Government Notification No. 4/80/68/Elect dated 26-11-68 published on page 315-316 Series II, no. 37 of the Government Gazette, dated 12-12-68 it was notified under section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as «the said Act») that the land, specified in the schedule appended to the said Notification (hereinafter referred to as the «said land») was likely to be needed for the public purpose viz. for Establishment of Electrical Sub-station, staff quarters, Office buildings, etc.

And whereas the Lieutenant Governor, Goa, Daman and Diu (hereinafter referred to as «the Government») is satisfied that the said land specified in the schedule hereto is needed to be acquired for the public purpose specified above.

Now, therefore, the Government is pleased to declare under the provisions of section 6 of the said Act that the said land is required for the public purpose specified above.

2. A plan of the said land can be inspected at the office of the said Sub-divisional Officer, Goa North Division, Panaji.

SCHEDULE—QUADRO

Taluka	Village	Plot No.	Boundaries on four sides of land.	Description of the said land	Approximate area in sq. mts.
				Names of the persons believed to be interested	
Concelho	Aldeia	Terreno n.º	Confrontações por quatro lados do terreno	Descrição do aludido terreno	Área aproximada em m²
1	2	3	4	5	6
Bicholim	Pale	1	Plot of land surrounded on the North West and bank sides by the property believed to be owned by M/s. V. M. Salgaonkar brothers Vasco da Gama and on the East P. W. D., Ponda-Mapusa road as per the Plan no. 18743 which is available for reference with the Sub-Divisional Officer Goa North Division, Panaji.	1. V. M. Salgaonkar & Bros. of Vasco da Gama. 2. Sadand Dalvi of Panaji. 3. Heramba Venkatesh Dalvi, Pale-Usgaon. 4. Balkrishna Martoba Dalvi, Pale-Ambegal. 5. Ratnakar Martoba Dalvi, Tonca-Caranzalem. 6. Ramesh Martoba Dalvi, Pale-Ambegal. 7. Vinayak Shamba Dalvi, Pale-Usgaon. 8. Ananta Shamba Dalvi, Pale.	12360

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

D. N. Barua, Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 19th May, 1970.

Departamento de Alimentação e Abastecimento Civil

Despacho

13-8-68(FCS/EDN)

1. O Sr. Narayan Gopal Sadhale, candidato recomendado pela Comissão, é nomeado, como leccionador de ciências gerais da Politécnica do Governo, Panaji, na escala de Rps. 400-400-450-30-600-35-670-EB-35-950, com efeito a partir de 25 de Abril de 1970, até ordens ulteriores.

2. O seu vencimento inicial é fixado no mínimo da escala, segundo a recomendação da Comissão do Serviço Público da União, feita por sua nota confidencial n.º 1/572/62-RC, de 19 de Dezembro de 1969.

3. A nomeação é temporária e está sujeita às condições especificadas no Memorando datado de 1 de Janeiro de 1970 e às normas e regulamentos formulados, periodicamente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Planificação).

Panaji, 13 de Maio de 1970.

Departamento de Indústrias e Energia

Despacho

4/80/68/Elect

Atendendo a que por despacho n.º 4/80/68/Elect, de 26 de Novembro de 1968, publicado à pgs. 315-316 do Boletim Oficial n.º 37, 2.ª série, de 12 de Dezembro de 1968, fora tornado público, ao abrigo do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894 (referido daqui em diante como «citado Act») que o terreno descrito no quadro anexo ao mesmo despacho (referido daqui em diante como «aludido terreno») era necessário para os fins da construção da sub-estação eléctrica, residências para o pessoal, edifício da Repartição, etc.

Tendo em consideração que o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro anexo é necessário para os fins públicos acima referidos.

O Governo declara, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do citado Act, que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do dito oficial sub-divisional, divisão do norte de Goa, Panaji.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

D. N. Barua, Secretário do Departamento de Indústria e Trabalho.

Panaji, 19 de Maio de 1970.

Labour and Information Department

Order

LC/1/ID(C-53)69/IT-3/70/451

Whereas on a consideration of the report dated 30-1-1970 received under section 12(4) of the Industrial Disputes Act, 1947 from the Labour Commissioner and Conciliation Officer, Panaji in relation to the dispute between the workman and Management of M/s. V. M. Salgaocar & Brother Pvt. Ltd., Vasco-da-Gama in respect of the matters specified in the Schedule appended hereto, the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu is satisfied that the aforesaid dispute should be referred to the Industrial Tribunal for adjudication;

And whereas the Lieutenant Governor is of the opinion that an industrial dispute within the meaning of section 2(k) of the said Act exists;

Now, therefore, in exercise of the powers contained in section 10(1) (d) of the Industrial Dispute Act, 1947, the Lieutenant Governor refers the dispute detailed in the Schedule appended hereto to the Industrial Tribunal, Panaji for adjudication.

SCHEDULE

«Whether the action of the Management of M/s. V. M. Salgaocar & Brother Pvt. Ltd., Vasco-da-Gama, in suspending Shri Manuel A. Carrasco, Store Keeper, with effect from 1-3-1969 is proper and justified; if not, to what relief the workman is entitled».

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

S. R. Sawant, Under Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 18th May, 1970.

Public Health Department

Order

H-2/69-HS/RMC/6151

Subject: — Appointment to the Class II posts of Rural Medical Officer in the Union Territory of Goa, Daman and Diu, made in consultation with the Union Public Service Commission. Fixation of pay on initial appointment.

On the recommendation of the Union Public Service Commission, Dr. Naraina Sinal Edo is temporarily appointed to the post of Rural Medical Officer, under the Directorate of Health Services in the pay scale of Rs. 325-25-500-30-590-EB-30-800 and posted to Netorlim on the terms and conditions contained in Government Memo. No. H-2/69-HS/RMC/6151 dated 26-8-69. His initial pay in the scale is hereby fixed as shown below: —

1. The Union Public Service Commission have recommended that the initial pay may be fixed according to rules. Taking into account the previous service rendered by Dr. Edo in the post during his appointment on adhoc basis, his initial pay is fixed at Rs. 350/- (Rupees three hundred and fifty only) from 30-6-69. The next increment will accrue on 1-3-70.

The above pay fixation is made in exercise of the powers under F. R. 27 and in accordance with the instructions contained in the Government of India, Ministry of Finance, Department of Expenditure, Office Memorandum No. F-2(46)-E, III(A)/60(Pt. II of 1966) dated 7-2-68 as amended from time to time.

This issues with the concurrence of the Finance Department vide their U. O. No. Fin(E)/2285/70 dated 30-4-70.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

S. R. Sawant, Under Secretary (Health).

Panaji, 18th May, 1970.

Departamento de Trabalho e Informação

Portaria

LC/1/ID(C-53)69/IT-3/70/451

Tendo em consideração o relatório datado de 30 de Janeiro de 1970, recebido ao abrigo da norma 12(4) do «Industrial Disputes Act, 1947» do Comissário de Trabalho e «Conciliation Officer», de Panaji, em relação a uma disputa existente entre o empregado e a gerência da empresa M/s. V. M. Salgaocar e Irmão Pvt. Limitada, de Vasco da Gama, em relação aos assuntos mencionados na quadro a este anexo, o Governador-tenente de Goa, Damão e Dio, é de parecer de que a mesma disputa deve ser submetida à decisão do Tribunal Industrial;

Atendendo a que o Governador-tenente, é de opinião de que existe uma disputa industrial dentro do limite da norma 2(k) do dito Act;

No uso das faculdades conferidas pela norma 10(1) (d) do «Industrial Disputes Act, 1947», o Governador-tenente, submete a disputa especificada no quadro a este anexo, à decisão do Tribunal Industrial, de Panaji.

QUADRO

«Se o procedimento da gerência da empresa M/s. V. M. Salgaocar e Irmão Pvt. Limitada, de Vasco da Gama, em suspender o Sr. Manuel A. Carrasco, fiel do depósito, com efeito a partir de 1 de Março de 1969, é próprio e justificável; caso contrário, qual é a compensação a que o empregado tem direito?».

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

S. R. Sawant, Subsecretário, do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 18 de Maio de 1970.

Departamento de Saúde Pública

Portaria

H-2/69-HS/RMC/6151

Assunto: — Nomeação para lugares de 2.ª classe de médico rural no território da União de Goa, Damão e Dio, feita de consulta com a Comissão de Serviço Público da União. — Fixação de vencimento quando da nomeação inicial.

Sob a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, o Dr. Naraina Sinal Edo, é nomeado, temporariamente, médico rural da Direcção dos Serviços de Saúde, na escala de vencimento de Rps. 325-25-500-30-590-EB-30-800 e colocado em Netorlim, nos termos e condições contidos no Memo do Governo n.º H-2/69-HS/RMC/6151, de 28 de Agosto de 1969. O seu vencimento inicial na escala, é fixado como a seguir se indica: —

1. A Comissão de Serviço Público da União, recomendou que o seu vencimento inicial fosse fixado de acordo com as normas. Tomando em consideração o serviço prestado pelo Dr. Edo, durante a sua nomeação provisória no lugar, o seu vencimento inicial é fixado em Rps. 350/- (trezentas e cinquenta rupias) desde 30 de Junho de 1969. O próximo aumento será admissível em 1 de Março de 1970.

A fixação do vencimento acima referida, é feita no uso das faculdades conferidas pelo F. R. 27 e está de acordo com as instruções contidas no memorando n.º F-2(46)-E, III(A)/60 (Pt. II de 1966), do Departamento de Despesa do Ministério das Finanças do Governo da Índia, datado de 7 de Fevereiro de 1968, com as alterações sofridas periodicamente.

A presente portaria é expedida com a aprovação do Departamento das Finanças dada por nota n.º U. O. n.º Fin(E)/2285/70, de 30 de Abril de 1970.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

S. R. Sawant, Subsecretário (Saúde).

Panaji, 18 de Maio de 1970.

GOVT. PRINTING PRESS — GOA

(Imprensa Nacional — Goa)

PRICE — 67 Ps.